



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS
Órgão de apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP



RESUMO

ESTUDO SOBRE A APURAÇÃO DO *SPREAD* DA INDÚSTRIA BANCÁRIA

Base: 1º Semestre de 2005

INTRODUÇÃO

As elevadas taxas de juros vigentes no Brasil induzem a interpretações e conclusões equivocadas da atividade e dos resultados dos bancos por parte da imprensa, analistas, parlamentares, autoridades do Executivo e integrantes do Judiciário. É até compreensível, entre outras razões, porque os balanços das instituições financeiras, dadas suas especificidades, são bem diferentes dos demonstrativos de empresas de outros segmentos, tornando sua comparação direta com a indústria e o comércio distorcida.

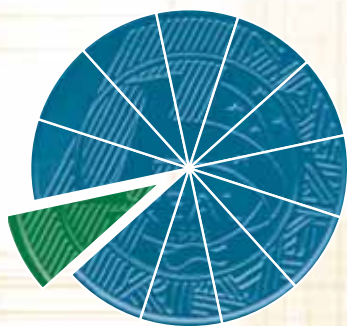
Diante dessa evidente necessidade de enriquecer o conhecimento nessa área, a Febraban - Federação Brasileira de Bancos solicitou à Fipecafi - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras estudos que contribuíssem para esclarecer à sociedade brasileira, em geral, sobre as origens, a natureza e a destinação das receitas e das despesas das instituições bancárias.

Apoiados pela Febraban, os professores Alexandre Assaf, Eliseu Martins, Iran Siqueira Lima e L. Nelson Carvalho mergulharam fundo não só nos balanços e balancetes, mas também nas operações diárias dos bancos, para extrair um conjunto precioso e inédito de dados sobre a composição das taxas de juros e, também, como toda a riqueza que passa ou é gerada pelos bancos é distribuída entre funcionários, investidores, o governo e, finalmente, seus acionistas.

Dividida em duas partes – **Apuração do Spread Bancário e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do Setor Financeiro** – desenvolvidas em paralelo e de forma independente uma da outra, a conclusão principal é uma só: se o juro bancário no Brasil é elevado, o lucro líquido que os bancos apuram com empréstimos e financiamentos, entretanto, ao contrário, é bem menor do que se afirma ou se imagina.

O estudo sobre *spread*, coordenado pelos professores Alexandre Assaf Neto e Nelson Carvalho, demonstra que, de cada R\$ 100,00 de receita financeira obtida pelos bancos, a margem líquida embolsada pelos seus acionistas foi de R\$ 8,10. Já no cálculo da DVA, trabalho coordenado pelos profs. Eliseu Martins e Iran Siqueira Lima, verifica-se, de cada R\$ 1,00 cobrado como juro pelo setor bancário brasileiro, nas operações de crédito, tanto junto ao governo quanto junto ao setor privado, os acionistas controladores e minoritários ficaram com R\$ 0,10.

DE CADA R\$ 100,00 DE RECEITA FINANCEIRA DOS BANCOS



R\$ 8,10 foi a margem líquida dos acionistas

DE CADA R\$ 1,00 COBRADO COMO JURO PELO SETOR BANCÁRIO



R\$ 0,10 ficaram com os acionistas controladores e minoritários

O trabalho aqui sintetizado (ver a íntegra no site da Febraban: www.febraban.org.br) é o segundo elaborado pela Fipecafi para a Febraban. O primeiro referente ao ano de 2003, foi divulgado no início de 2005, após mais de um ano de levantamentos, estudos e análises de oito instituições financeiras. As comparações entre os resultados do estudo sobre *spread* de 2003 e os do 1º semestre de 2005 são, no entanto, afetadas pela ampliação do universo da pesquisa para 11 bancos – três bancos a mais sobre os oito anteriores. Além disso, os critérios de alocação de custos foram aprimorados e aprofundados.

Os 11 bancos da amostra, divididos entre grandes bancos privados nacionais, bancos públicos, bancos estrangeiros e bancos de pequeno porte, representam 75,8% do ativo total das instituições do setor bancário e responderam por 76,4% do total dos créditos. A apuração da DVA, por outro lado, reporta-se a *todo o conjunto* de bancos comerciais e múltiplos, arrendadoras, financiadoras e bancos de investimento.

Na primeira parte da pesquisa, a Fipecafi classifica o *spread* e a margem bancária em três categorias:

- 1. Spread ou margem bruta:** correspondem à diferença entre as receitas de operações de crédito e a despesa total de captação;
- 2. Spread ou margem direta:** resultado do *spread* ou margem brutos deduzidos das despesas diretamente identificáveis com os produtos (impostos diretos, provisões para devedores duvidosos e despesas com o Fundo Garantidor de Crédito - FGC);
- 3. Spread ou margem líquida:** são iguais ao *spread* ou margem diretos menos as despesas operacionais (despesa de pessoal e outras despesas operacionais), o imposto de renda e a contribuição social. Correspondem, portanto, às receitas das operações de crédito deduzidas das despesas de captação, despesas diretas, despesas operacionais, do imposto de renda e da contribuição social.

Ressalte-se que o cálculo de *spread*, neste trabalho, é efetuado pela relação entre o resultado das operações de crédito (bruto, direto e líquido) e o volume de capital emprestado. Já o conceito de margem (bruta, direta e líquida) é expresso pela mesma relação, porém em relação às receitas de operações de crédito.

Já na segunda parte, o estudo demonstra o valor adicionado das instituições bancárias ao produto interno bruto brasileiro, permitindo uma melhor compreensão da distribuição dessa riqueza entre os vários agentes econômicos: empregados, poupadores, governo e acionistas.

II – PARTE I – APURAÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO

Para sanar o problema da supermensuração das margens provenientes da intermediação financeira, o trabalho da Fipecafi focou-se no *spread* líquido total, que dá a dimensão real do *spread* auferido pelo sistema financeiro no Brasil. O *spread* líquido deduz do *spread* bruto tanto as despesas financeiras totais de captação, quanto as despesas diretamente envolvidas no processo de intermediação financeira (impostos diretos, provisão para devedores duvidosos, despesas com o fundo garantidor de crédito), bem como as despesas indiretas (despesa com pessoal, contribuição social, impostos sobre os lucros e outras despesas operacionais).

O modelo destaca, ainda, o resultado da captação financeira realizada pelo banco, ou seja, quanto a instituição pagou a menos aos fornecedores de capital do que a taxa utilizada como referencial de suas atividades (CDI).

Os resultados das três categorias de margem / *spread* bancários são apresentados nas duas tabelas a seguir:

**QUADRO 1 – ESTRUTURA DO RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %)**

	PJ	PF	Total
A – Receita de Aplicação Financeira	100,0	100,0	100,0
B – Despesa de Captação	(50,8)	(29,6)	(38,0)
Margem Direta	34,6	46,0	41,5
Margem Líquida	5,3	10,0	8,1

O quadro1 destaca a participação de cada categoria de margem definida no trabalho (bruta, direta e líquida) sobre o total da receita de aplicação. Conclui-se que, para uma receita de 100 unidades monetárias, as instituições financeiras auferiram margem bruta geral de 62 %, margem direta de 41,5 % e margem líquida de apenas 8,1 %.

QUADRO 2 – ESTRUTURA DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %)

	PJ	PF	Total
Saldo Médio do Capital Emprestado	100,0	100,0	100,0
A – Receita de Aplicação Financeira	9,4	16,5	12,7
B – Despesa de Captação	(4,8)	(4,9)	(4,8)
Spread Bruto	4,6	11,6	7,9
Spread Direto	3,2	7,6	5,3
Spread Líquido	0,5	1,6	1,0

Nota: Dados do primeiro semestre de 2005

Já o quadro 2 reflete o conceito mais consagrado de *spread* bancário, medido pela diferença entre a taxa de aplicação e a taxa de captação dos recursos financeiros. o cálculo do *spread* desta tabela é efetuado sobre o saldo médio do capital emprestado. no primeiro semestre de 2005, os resultados indicam, no mesmo sentido da tabela 1, um *spread* bruto auferido pelos bancos brasileiros de 7,9%, um *spread* direto de 5,3% e um *spread* líquido de 1,0%.

OUTROS COMPONENTES DO MODELO

- 1. Saldo médio do capital emprestado:** Equivale à média diária do volume de capital emprestado pelas instituições financeiras da amostra.
- 2. Receita de operações de crédito:** Corresponde à consolidação das receitas das operações de crédito informadas pelos bancos da amostra. As receitas são segmentadas por pessoas físicas e pessoas jurídicas.
- 3. Despesa de captação:** Corresponde à consolidação das despesas de captação de recursos dos bancos da amostra. Esta despesa é dividida em duas partes: custo do CDI (volume emprestado multiplicado pela taxa média do CDI) e resultado na captação (diferença da despesa de captação com base no CDI e da captação com base na taxa média ponderada efetivamente praticada).
- 4. Despesa direta:** Corresponde à consolidação das despesas diretamente identificadas com os produtos financeiros. Foram considerados os impostos diretos sobre a receita, as despesas de Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) e o Fundo Garantidor de Crédito (FGC).
- 5. Despesa operacional:** Corresponde à soma das despesas de pessoal e outras despesas operacionais divulgadas pelos bancos na demonstração de resultados do primeiro semestre de 2005.

III – PARTE II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Na segunda parte do trabalho, o estudo da Fipecafi apurou a chamada Demonstração do Valor Adicionado (DVA) dos bancos – um modo mais amplo de abordar as demonstrações financeiras das empresas, que permite mostrar como uma empresa ou um setor cria riqueza e como a distribui entre os fatores que a geram. Por se apoiar no conceito de valor adicionado (ou valor agregado), utilizado em economia, a DVA recebeu o apelido de "Produto Interno Bruto da empresa".

O estudo da DVA, coordenado pelos professores Eliseu Martins e Iran Siqueira Lima, verificou que os resultados desses três blocos geraram um valor adicionado líquido, em termos absolutos, de R\$ 16,3 bilhões (39%) nas operações de crédito, R\$ 5,5 bilhões nas operações com tesouraria (18%) e R\$ 10,7 bilhões (32%) das receitas de serviços e outras.

No entanto, o lucro líquido produzido nos três blocos foi bastante diferente: R\$ 5,5 bilhões (42% do total) resultaram das operações de crédito, R\$ 2,6 bilhões (20%) das operações com tesouraria e R\$ 4,9 bilhões (38%) das receitas de serviços e outras.

A apuração da DVA demonstra que os bancos ganharam mais com operações de crédito (42% do lucro líquido), do que com as operações com tesouraria (20%), diferentemente do que se proclama, sem comprovação, que os bancos preferem operar com títulos públicos, em vez de emprestar para empresas e pessoas.

A abordagem dos resultados pela DVA permite também verificar que uma parte expressiva dos ganhos com juros não fica com os bancos, e sim com os aplicadores, pois, somadas as operações de crédito, tesouraria e serviços, ressalta que, de cada R\$ 1,00 cobrado como juro pelo setor bancário brasileiro, tanto junto ao governo quanto junto ao setor privado, R\$ 0,48 foram utilizados para pagamento de juros aos aplicadores em geral (grandes empresas, pequenos poupadores de caderneta de poupança, famílias em geral, pequenos investidores etc.), R\$ 0,18 foram utilizados para pagamento aos recursos humanos empregados pelos bancos, R\$ 0,15 foram pagos como tributos para o governo, R\$ 0,09 foram perdidos com os inadimplentes e R\$ 0,10 ficaram com os acionistas controladores e minoritários, que também ficaram com mais R\$ 0,05 das receitas de serviços e outras que sobraram após elas custearem as outras despesas estruturais que não recursos humanos.

A apuração da DVA nas instituições financeiras é apresentada aqui num formato modificado (denominado de DVA Adaptada), que permite aproximar o formato do segmento financeiro do formato utilizado para o não financeiro. A utilidade dessa aproximação está em que as empresas não financeiras obtêm seu valor adicionado pela diferença entre suas receitas de **vendas** e suas despesas para com **terceiros** (serviços de terceiros, matérias-primas, mercadorias e materiais adquiridos de terceiros, utilidades como água, energia e outras etc.). A esse valor se somam os valores ganhos com juros, aluguéis e participações societárias. Distribuem seu valor adicionado total obtido entre os seus recursos humanos, seus financiadores (juros), o governo (tributos) e o lucro líquido de seus sócios.

Já no caso dos bancos, não é comum as receitas de juros serem demonstradas pelo seu valor bruto como origem de valor adicionado e as despesas de juros como distribuição, na outra parte da demonstração. Ao invés, deduzem-se as despesas de juros das receitas de juros, colocando então, como origem, apenas a diferença, ou seja, o lucro líquido. Com isso, na DVA dos bancos não aparece, na distribuição do valor adicionado, a parcela destinada aos seus financiadores.

QUADRO 3 – DVA ADAPTADA: DEMONSTRAÇÃO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS (EM R\$ BILHÕES)

	Cred.	Tes.	Serv.	Total
Origens				
Receitas de Juros	59,1	28,1		87,2
(-) Prov. p/ Créd. Liq. Duvidosa	(7,4)			(7,4)
Receita de Serviços e Outras			39,8	39,8
(-) Desp. c/3 ^{os} , Deprec. e Amortiz.*	(14,0)	(2,0)	(20,1)	(36,1)
Riqueza Obtida	37,7	26,1	19,7	83,5
Destinações				
Despesas de Juros	21,4	20,6	-	42,0
Recursos Humanos	6,1	0,9	8,7	15,7
Tributos	4,7	1,9	6,1	12,7
Lucro Líquido	5,5	2,6	4,9	13,0
Riqueza Distribuída	37,7	26,1	19,7	83,5

* Despesas operacionais exceto com recursos humanos e tributos

Isso significa que, de um total de riqueza obtida pelo setor financeiro nesse conceito, ou seja, **incluindo toda a receita financeira como origem, e não apenas o lucro líquido**, no valor, no primeiro semestre de 2005, de R\$ 87,2 bilhões, R\$ 42,0 bilhões foram destinados a remunerar os aplicadores (grandes ou pequenos, institucionais ou aplicadores na caderneta de poupança, pessoas jurídicas ou físicas, instituições lucrativas ou não etc.).

O quadro a seguir evidencia melhor as percentagens dessa distribuição:

QUADRO 4 – DVA ADAPTADA: DEMONSTRAÇÃO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS (EM %)

	Cred.	Tes.	Serv.	Total
Origens				
Receitas de Juros	100	100		100
(-) Prov. p/ Créd/Liq. Duvidosa	(13)			(9)
Receita de Serviços e Outras	0		100	46
(-) Desp. c/ 3ºs, Deprec. E Amortiz.*	(24)	(7)	(51)	(41)
Riqueza Obtida	64	93	49	96
Despesas de Juros	36	74		48
Recursos Humanos	10	3	22	18
Tributos	8	7	15	15
Lucro Líquido	9	9	12	15
Riqueza Distribuída	64	93	49	96

* Despesas operacionais exceto com recursos humanos e tributos

Tomando-se a receita de cada coluna como 100%, vemos, principalmente na última delas, do total, que **de cada R\$ 1,00 de receita financeira** obtida, **9% foram perdidos com inadimplência**; a essa diferença foram adicionados **5%**, já que nesse semestre as receitas de serviços e outras cobriram o pagamento das **despesas operacionais com terceiros**, sobrando, líquidos, 96% de cada R\$ 1,00 de receita de juros.

Ademais, 48% das receitas financeiras foram como pagamento de **despesas de juros para os aplicadores**, **18%** para remunerar os **recursos humanos**, **15%** para os governos federal, estadual e municipal, e 15% ficam como **remuneração dos acionistas**.

IV – EVOLUÇÃO DA DVA DE 2002 AO 1º SEMESTRE DE 2005

Para um subsídio adicional à análise mostrada neste trabalho, que utilizou como base o 1º semestre de 2005, mostramos a evolução da distribuição do valor adicionado e das DVAs (operações de crédito, tesouraria e serviços e outros) em percentuais desde o ano de 2002:

Quadro 6: Distribuição do Valor Adicionado Total (em %)

	2002	2003	2004	2005 (1º Sem)
Riqueza Obtida	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas de Juros	66,6	59,1	51,9	50,3
Recursos Humanos	14,6	18,8	20,9	18,8
Tributos	8,2	10,8	12,8	15,3
Lucro Líquido	10,6	11,3	14,4	15,6

V – OS AUTORES

Iran Siqueira Lima

Diretor-presidente da Fipecafi, mestre e doutor em Controladoria e Contabilidade/USP; professor do Depto. de Contabilidade e Atuária da FEA-USP; professor dos Cursos de MBA da Fipecafi; ex-diretor das áreas de Mercado de Capitais e de Fiscalização do Banco Central do Brasil (BC); ex-secretário Executivo da SEST – Secretaria de Controle de Empresas Estatais; ex-secretário Executivo do CISE – Conselho Interministerial de Salários de Estatais.

Nelson Carvalho

Diretor de Pesquisas da Fipecafi e professor da FEA-USP; professor do Depto. de Contabilidade e Atuária da FEA USP/SP; pesquisador da FIPECAFI, membro de conselhos de administração, consultor financeiro e atua em arbitragens no Brasil e no exterior. Preside, desde julho de 2005, o Conselho Consultivo de Normas do IASB, sediado em Londres. Ex-diretor da CVM e do Bacen e ex-auditor independente.

Alexandre Assaf Neto

Professor da FEA-USP (Ribeirão Preto), professor Titular da Universidade de São Paulo; membro da Câmara de Arbitragem do Mercado (Bovespa); profissional Certificado CFP; consultor e parecerista na área de Finanças Corporativas e Valuation.

Eliseu Martins

Professor da FEA-USP, professor do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, ex-diretor da FEA/USP, do Bacen e da CVM. Autor de livros, artigos e teses. Parecerista contábil, ex-consultor e conselheiro de empresas privadas e públicas.



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS

**Tel.: (11) 3091-5820
mbasecretaria@fipecafi.org**

www.fipecafi.org

**Rua Alvarenga, 2.147 - Butantã
05509-005 - São Paulo - SP**